

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

MOEDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS CENTRAIS DA LITERATURA PÓS-KEYNESIANA¹
MONEY AND REGIONAL DEVELOPMENT: CENTRAL ASPECTS OF POST-KEYNESIAN LITERATURE

Felipe Micaíl Da Silva Smolski²

¹ Pesquisa desenvolvida durante o Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo - RS (2016-2017).

² Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: felipesmolski@hotmail.com.

Resumo: Em economia, pouca atenção havia sido dispendida para os fatores financeiros que afetam de forma direta, mas desproporcional as diferentes regiões. O objetivo deste trabalho é discutir os aspectos centrais elaborados pela literatura pós-keynesiana sobre as relações entre a moeda e as questões regionais do desenvolvimento. Como resultados, evidencia-se, em primeiro lugar, que as Teorias Clássicas da Localização foram fundamentais para aprimorar o entendimento dos impactos regionais da moeda (criação de crédito). Em complemento, ao contrário do que a Teoria Neoclássica defende, a não-neutralidade da moeda é um argumento central para os pós-keynesianos. Isto porque a decisão de investir pelos agentes e de emprestar pelos bancos cria diversos níveis de preferência pela liquidez, que por sua vez são desproporcionalmente distribuídos pelo território. Geram-se assim dinâmicas distintas ao longo dos Centros e Periferias, influenciados pelas expectativas e que criam padrões de desenvolvimento desiguais.

Palavras-Chave: Preferência pela Liquidez; Crédito; Desenvolvimento Regional; Bancos; Pós-Keynesianismo.

Abstract: In economics, little attention had been paid to the financial factors that directly, albeit, disproportionately, affect different regions. The aim of this study is to discuss the central aspects elaborated by post-Keynesian literature on the relations between money and regional development issues. The results indicate that it is evident that Classical Localization Theories were essential in improving the understanding of regional money impacts (creation of credit). In addition, contrary to what the Neoclassical Theory stands for, money non-neutrality is a central argument for post-Keynesians, as the decision to invest by agents and to lend by banks creates different levels of liquidity preference, which, in turn, are disproportionately distributed across the territory. This generates distinct dynamics throughout Centers and Peripheries, influenced by expectations, creating unequal development patterns.

Keywords: Liquidity Preference; Credit; Regional Development; Banks; Post-Keynesianism.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Introdução

O objetivo do presente trabalho é elencar os pressupostos fundamentais acerca das relações entre a moeda e a dinâmica do desenvolvimento regional. Sobretudo, são aqui analisadas as questões que afetam as regiões quanto à distribuição desigual de crédito, atuação dos bancos e as evidências das irregularidades de preferência pela liquidez distribuídas no espaço regional. A partir da literatura existente, o aspecto pós-keynesiano retoma um olhar inovador para contribuir com os estudos regionais, uma vez que há um vasto espaço a ser preenchido no Brasil por estudos nesta direção.

Sob o prisma da análise pós-keynesiana se desenvolveram duas correntes de pensamento distintas: o grupo Europeu e o Americano. O primeiro, ou grupo clássico, concentra suas análises no comportamento da economia real, enquanto o segundo direciona sua atenção para os impactos da incerteza, das consequências das variáveis monetárias e financeiras. Ambos surgiram como alternativas coerentes ao pensamento econômico chamado *mainstream* (Snowdon e Vane, 2005).

Os estudos das variáveis financeiras sob um olhar regionalizado, ganharam destaque na teoria econômica recentemente. Entraram em evidência as contribuições de Sheila Dow e autores correlacionados (Chick e Dow, 1988; Dow, 1987a; Dow e Rodríguez-Fuentes, 1997), sob um olhar pós-keynesiano com relação à moeda (ou da não-neutralidade da mesma) e o desenvolvimento regional. Como resultado desta nova forma de entendimento das relações financeiras no espaço regional, novas pesquisas foram geradas - inclusive por proeminentes pesquisadores brasileiros diga-se de passagem, mas não só - impulsionando novos debates sobre as Teorias da Localização e do Desenvolvimento Desigual (Figueiredo, 2009; Figueiredo e Crocco, 2007); bancos, economia regional e concentração bancária (Amado, 1998, 2010; Tereza e Figueiredo, 2012); crédito, centralidade urbana, disparidades regionais (Crocco, 2012; Freitas e Paula, 2010; Paula *et al.*, 2006; Romero e Jayme Jr, 2009; Silva e Jr, 2013) e da atividade bancária sobre a economia regional (Rodríguez-Fuentes, 2013).

Além desta introdução e da metodologia, a seção de desenvolvimento deste trabalho discute inicialmente os aspectos importantes das Teorias Clássicas da Localização - deu-se prioridade para a teoria da Causação Circular de Myrdal, as relações Centro-Periferia de Lênin e a Teoria do Lugar Central de Christaller. Em seguida, buscaram-se as contribuições pós-keynesianas acerca da relação entre moeda e região - entender os motivos pelos quais a moeda não fosse considerada pela Teoria Clássica; o papel da preferência pela liquidez keynesiana e as expectativas e por fim; fez-se uma síntese integradora para compreender o relacionamento teórico que surge da literatura pós-keynesiana que relaciona a moeda, região e o desenvolvimento.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

2 Metodologia

Este trabalho utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica para elaboração do ensaio teórico acerca das questões sobre o papel da moeda no desenvolvimento das regiões. Desta forma, se caracteriza uma pesquisa qualitativa, pois preocupa-se com “a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica” (Gonsalves, 2001, p. 68).

3 Desenvolvimento

Para o entendimento da dinâmica regional da moeda e suas interações com o desenvolvimento, é preciso dissertar inicialmente sobre as ideias seminais de alguns autores das Teorias Clássicas da Localização (subseção 3.1). Esta literatura impulsionou, posteriormente, uma visão regional da moeda e do crédito na economia (que será tratada na subseção 3.2).

3.1 Teorias da Clássicas da Localização

O objetivo desta subseção é retomar as teorias que foram utilizadas como complemento conceitual que os pós-keynesianos utilizaram para entender os efeitos da dinâmica da moeda sobre a economia regional.

3.1.1 Myrdal e a Causação Circular Cumulativa

Observando as diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos países e regiões, Gunnar Myrdal (1898-1987) contribuiu para a literatura que destaca a economia regional. Assim, fica conhecido como o teórico que atribuiu o processo da “Causação Circular Cumulativa” (doravante CCC) para o estudo da evolução, efeitos e das disparidades da produção econômica regionalizada (Myrdal, 1960). O conceito de Myrdal da CCC caracteriza o sistema econômico como sendo instável e desequilibrado.

O processo cumulativo ocorre então nas direções positiva e negativa: o fator negativo é ao mesmo tempo causa e efeito dos outros fatores negativos (sentido circular). Na direção negativa, se os efeitos não forem regulados as disparidades entre as regiões podem aumentar. Como exemplo, a perda de uma indústria em uma região encadeia processos de diminuição da renda e por consequência da demanda local, podendo causar impulsos migratórios (a direção contrária positiva também é válida). Com relação às forças externas que afetam as regiões, o autor observa que a situação dos negócios e oportunidades de emprego exemplificam fatores que estão sujeitos a flutuações de curto prazo violentas (Myrdal, 1960).

Os “efeitos regressivos” (*backwash effects*) ocorrem quando o crescimento de uma localidade cria desigualdade regional, com o movimento interno de comércio, capital e mão-de-obra, aumentando a demanda em um local e diminuindo em outro. Ocorre então um efeito de polarização, pois

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

considerando como força motor do desenvolvimento a industrialização, esta será menor nas regiões mais pobres, com tendência de continuarem essencialmente agrícolas e menos produtivas (Myrdal, 1960).

Haveriam também “efeitos propulsores” (*spread effects*) na proposição do autor, os quais se originariam nos centros em expansão econômica, propagando-se para as demais localidades. Estes ganhos das regiões mais pobres estariam relacionados com as oportunidades de fornecimento de bens de consumo ou mesmo matérias-primas para a região em plena ampliação econômica, bem como do aproveitamento da transferência de tecnologias do centro (Lima e Simões, 2010).

Para Myrdal (1960) há diferenças entre os efeitos propulsores entre países/regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Enquanto nos primeiros, as desigualdades regionais são menores e os efeitos propulsores atuam no sentido de anular os efeitos regressivos pela própria atuação do mercado. Já em localidades pobres os efeitos propulsores são mais fracos, aumentando as disparidades regionais somente sob o regime de livre mercado. Os países subdesenvolvidos necessitariam então de um plano de desenvolvimento e de integração nacional, para que intervisse nas forças de mercado, condicionando-as para estimular o progresso social e; afetassem o processo de CCC com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais, aumentando a renda e a produção de forma superior aos gastos de políticas adotadas (Lima e Simões, 2010; Myrdal, 1960).

Sobre as questões financeiras Myrdal (1960) acentua que os movimentos de capital entre as regiões tendem a elevar as desigualdades. Isto porque aumentos da demanda influenciam fortemente os investimentos futuros no centro, e por consequência regiões menos favorecidas continuam com rendas inferiores. A respeito do setor bancário, tem papel importante para o autor: este pode orientar os recursos originados nas regiões mais pobres para aquelas mais favorecidas onde existe maior progresso e segurança, perpetuando assim as diferenças locais.

3.1.2 Lênin e as Relações Centro-Periferia

A obra de Lênin serviu para aperfeiçoar, à sua época, a oposição entre a metrópole colonial e então seus territórios além-mar, quando emergiam grandes potências mundiais competindo em escala global. O capitalismo financeiro lograva substituir o capitalismo industrial na origem no crescimento econômico dos países europeus no século XIX, sendo que o crescente rentismo em comparação ao trabalho teria de ser mantido com: expansão territorial (divisão do mundo por locais de influência financeira) e; confronto armado entre as potências coloniais (Musset, 2009).

A relação Centro-Periferia seria utilizada então para as análises do desenvolvimento desigual, seja no sistema-mundo e até mesmo nos espaços intra-urbanos (nação, estados, regiões e as cidades). Como conceitua Lacoste et al. (1976 apud Musset, 2009, p. 20) “desde alguns anos prefere-se considerar que os “países ditos subdesenvolvidos” são, no sistema capitalista mundial, a “periferia” explorada e dominada por um “centro” imperialista [...]”. Ainda a relação Centro-Periferia é “um bom instrumento de análise que permite avaliar a posição não de um lugar em si

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

dentro de um espaço dado, mas de uma sociedade específica em relação a uma cultura dominante” (Musset, 2009).

Ao analisar os dados sobre a concentração financeira na Alemanha, Lenine (2012) destaca o papel da subordinação em que estava arrolada uma Periferia cada vez maior antes “independentes” a um Centro único, reforçando o papel e o poder dos gigantes monopolistas. Lênin estava a analisar as relações entre os países/regiões industrializados e aqueles agrários, e do uso de investimentos financeiros como forma de dominação político-econômica (Hage, 2013).

A Teoria da Dependência versa sobre o desenvolvimento desigual inerentemente parte integrante ao funcionamento do capitalismo. Em uma visão atual, promove então uma explicação sobre as diferenças entre os padrões de comércio e investimento, que influenciam a estrutura produtiva das regiões e seus padrões de desenvolvimento. Assim, observa-se que a Periferia é submetida aos padrões de crescimento do Centro, bem como é este que decide os projetos de investimento com a finalidade de gerar renda e excedentes ao Centro. Desta forma, a Periferia torna-se dependente dos produtos, da tecnologia e das finanças do Centro, perpetuando sua condição de subdesenvolvida, na interpretação de (Chick e Dow, 1988).

3.1.3 Christaller e a Teoria do Local Central

A Teoria do Lugar Central de Christaller é considerada por muitos autores (Barnes, 2012; Cavalcante, 2009; Figueiredo e Crocco, 2007; Paula, 2009; Silva, 2011) como o ponto inicial para a disseminação de trabalhos que considerassem os progressos das estruturas produtivas e/ou serviços mais complexos e tecnológicos ponderando a concentração hierárquica em algumas regiões. Ainda, é utilizada para entender o sistema de complementariedade e de interdependência das cidades, fazendo com que o tema da Centralidade tenha grande importância no desenvolvimento da região bem como do seu entorno.

A ideia é que os bens e serviços centrais são produzidos e ofertados em poucos locais: quanto mais especializados, mais serão concentrados nos grandes centros, sendo que os maiores centros serão hierarquizados em ordem de importância. Além disso, a oferta de bens básicos será dispersa e poderá assim ser encontrada em muitos locais no espaço geográfico. Sob outro aspecto, há que se considerar o nível mínimo de demanda de um determinado produto/serviço que determinaria a sua produção: quanto maior for este limiar e o alcance (a distância que a população se dispõe a percorrer para adquirir o referido bem), menor será o número de cidades que são aptas a oferecê-lo. O autor conclui então que existe uma tendência para a formação de arranjos na distribuição de cidades dentro das regiões (Cavalcante, 2009; Figueiredo e Crocco, 2007).

A característica do centro é que teria como atributos principais: as questões de aglomeração de população (densidade), maiores atividades econômicas urbanas, áreas de mercado de destaque na região para o fornecimento de serviços financeiros, negócios, administrativos, educacionais, e de demais tipos de destaque entre um grupo de municípios (Silva, 2011). Também, o centro é

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

qualificado como aquele que possui uma estrutura de produção historicamente encabeçada pela indústria, comércio e setor financeiro: a periferia (localidades limítrofes) dedica-se a atividades do setor primário e de manufaturas de baixa tecnologia, sendo sua dinâmica padrão a exportação para as regiões centrais. Tendo, por consequência, seu desempenho atrelado à volatilidade da conjuntura do Centro ou mesmo do padrão cíclico das culturas primárias (Paula, 2009).

De acordo com esta teoria, haveriam portanto fatores primordiais para a definição de um Centro: a) a densidade demográfica; b) a distribuição de renda; c) a renda per capita; d) a proporção da população urbana à rural; e) os níveis de educação e cultura da população e; f) organização dos sistemas de transporte. Estes fatores contribuem positivamente para a formação do Centro, bem como do entendimento de que produtos/serviços mais especializados necessitam de uma escala mínima maior de produção-consumo a serem efetuados, que por sua vez privilegia a instalação da atividade econômica nos locais centrais (Figueiredo e Crocco, 2007).

Outro ponto de vista é que a teoria de Christaller, aquém de estar preocupada com a questão da localização em si, empenhava-se em avaliar a organização do espaço, ou melhor, em como uma cidade/região a considerar suas características próprias possui então certa centralidade com relação as outras do seu entorno (Queiroz e Braga, 2013). Isto impacta diretamente na capacidade de oferta dos bens e serviços para as outras cidades.

3.2 Abordagem Pós-Keynesiana: Moeda e a Região

A literatura em economia regional demonstrou tradicionalmente pouca atenção ao papel da moeda e do crédito no desenvolvimento regional, inclusive com a resistência dos neoclássicos em aceitar os efeitos da não-neutralidade da moeda sobre as regiões. Entretanto, os trabalhos elencados a seguir, além de retomar os argumentos dos neoclássicos, demonstram em contrapartida a evolução da produção teórica pós-keynesiana relacionando a moeda, crédito e bancos com as dinâmicas locais.

3.2.1 Por que a moeda não é considerada na Teoria Neoclássica

Na visão da Teoria Neoclássica, a moeda possui papel neutro na economia. Existe uma clara separação entre o campo real e o monetário na economia neoclássica, o dinheiro representando apenas um meio de trocas na economia, por facilitar as transações dos consumidores (Figueiredo e Crocco, 2007). Como relatam Chick e Dow (1988), o estudo da economia do desenvolvimento regional pela visão ortodoxa neoclássica é baseada sobre a estrutura do equilíbrio geral dos preços da oferta e da demanda. Assim, duas premissas são necessárias nesta ótica: a) a premissa da equalização dos preços e; b) o pleno emprego dos fatores de produção.

Com a tendência central ao equilíbrio dos preços, as diferenças nas rendas entre as regiões seriam derivadas de diferentes proporções utilizadas nos fatores de produção. As alterações no equilíbrio são provisórias, e quando restauradas, tenderiam a diminuir as disparidades intra-

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

regionais. Na economia regional da teoria *mainstream*, a condição básica para a existência de investimento é a pré-existência de poupança para financiá-la, sendo a igualdade destes termos necessárias. As instituições financeiras, por esta abordagem, são meros intermediários entre poupadores e investidores, e onde os fundos fluem para projetos com maior potencial de retorno (Chick e Dow, 1988).

Assim, se uma região cresce de forma robusta, aumenta então a eficiência marginal do capital neste local, atraindo ainda mais investimentos na região. A livre circulação de capitais é uma condição importante nesta visão. Então, um excesso de demanda por fundos emprestáveis em determinada região pode ser reposta com fluxos de fundos de outras regiões, contribuindo para equalização das taxas de desenvolvimento regional. Ainda sobre o mercado de capitais, *“(i)t can be seen that mainstream theory relies on a capital market in which information is excellent if not perfect, and a financial system which allows perfect mobility of capital”* (Chick e Dow, 1988, p. 4).

As diferenças entre as taxas de crescimento econômico observadas entre as regiões seriam, portanto, resultados das insuficiências entre os níveis de poupança e investimento em cada localidade. Por consequência, como o investimento deve aguardar pela poupança prévia para realizá-lo ou então esperar pelos fluxos de poupança entre as regiões, haverá baixos níveis de desenvolvimento e crescimento econômico, mesmo que temporariamente, nesta região com reduzida habilidade em atrair capitais financeiros (Chick e Dow, 1988).

Em complemento à caracterização neoclássica do entendimento do desenvolvimento das regiões, Martin (2003) destaca que são fatores chave: a) a informação perfeita entre os agentes econômicos (a tecnologia é acessível a todas as regiões/países); b) comércio baseado nas dotações de fatores (capital/trabalho: locais se especializam em produtos com fatores de produção mais abundantes, que lhes representa uma vantagem competitiva); c) dentro das regiões os fatores de produção têm mobilidade perfeita. Assim, o livre comércio é tido como objetivo para se obter o crescimento econômico. O autor ressalta que esta linha de pensamento considera cada região contendo um papel dentro da divisão do trabalho. Esta é baseada em suas dotações relativas dos fatores de produção, porém: *“but if factor proportions are same across countries (regions) then there is no basis for trade. Theory is most relevant for North-South or developed-developing country trade (i.e. where nations display major differences in factor proportions)”* (Martin, 2003).

Como visto, a moeda na Teoria Neoclássica não encontrou um espaço para o seu entendimento de forma mais completa, bem como o papel das expectativas e da incerteza do investimento na economia. Restou então, ao pensamento pós-keynesiano elaborar um ferramental que pudesse aproximar-se da dinâmica do investimento e que levasse em consideração as relações dos agentes com a moeda.

3.2.2 A Preferência pela Liquidez e as expectativas

Como evidenciado nas subseções anteriores, já existe uma considerável literatura que versa sobre

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

a questão da não neutralidade da moeda nas relações entre os assuntos financeiros e a dinâmica regional do desenvolvimento desigual.

A moeda para Keynes é um ativo que compartilha a atenção dos agentes econômicos, passando a concorrer com outros, como o capital (títulos, máquinas, prédios, etc...), na escolha dos portfólios (ou proporções) mantidas de cada qual sob a tutela do agente econômico. Moeda e capital passam a ser substituíveis entre si, e um aumento da incerteza quanto ao futuro faz com que os agentes valorizem ativos mais líquidos. Com o aumento da quantidade de moeda na economia desloca-se a preferência para outros ativos, como os de capital. A não-neutralidade da moeda torna-se então um resultado da preferência pela liquidez (Oreiro, 1999).

A liquidez de um ativo é determinada pela facilidade que este pode substituir a moeda como meio de pagamento, ou seja, a capacidade de conversão em dinheiro. Há quatro motivos pelos quais se mantêm ativos líquidos: a) motivo-renda: para garantir transações entre recebimento e o desembolso da renda. b) motivos-negócios: asseguram os intervalos entre o pagamento de despesas e o recebimento das vendas; c) motivo-precaução: para atender contingências e oportunidades que não estão previstas; d) motivo-especulação (Keynes, 1996).

Em Keynes (1996), a moeda é o centro da engrenagem da economia, agindo nos circuitos de circulação industrial e financeiro. O primeiro circuito refere-se àquela quantidade de moeda que é requerida para o suporte ao fluxo de produção de bens e serviços na economia. Já o circuito financeiro remete às operações com ativos financeiros, sendo que a moeda não consta apenas como meio de circulação, mas sim se tornando até mesmo ela própria objeto de retenção. Assim, a questão problemática na economia é quando os ativos financeiros se tornam mais atrativos do que outros de capital real (Carvalho, 1996).

Na economia entendida pelos pós-keynesianos os agentes econômicos tomam as decisões em ambientes de incerteza. As decisões de investir ou não na produção são afetadas pelas expectativas quanto ao futuro e, logo, repercutem sobre a retenção de moeda. Portanto, perante maiores incertezas, ou em outras palavras, maior pessimismo com relação à economia, reter moeda como ativo torna-se racional, aumentando a atração sobre o ativo moeda. Então,

“[e]m momentos de incerteza e de baixo grau de confiança nas expectativas, a decisão de investir é comprometida porque as pessoas preferem a liquidez da moeda, retendo-a, o que inibe o investimento e, via efeito multiplicador, restringe ainda mais o crescimento da renda e do emprego. Essa é a fonte da não neutralidade da moeda para Keynes e os pós-keynesianos” (Mollo, 2004, p. 337).

A moeda, conseqüentemente, se insere no sistema econômico de forma especial através do crédito liberado pelos bancos, legitimando os investimentos. Assim, a moeda não é exógena uma vez que em uma economia desenvolvida a poupança não tem que preceder o investimento, o sistema bancário tem papel fundamental, pois pode suprir o crédito demandado pelos agentes econômicos.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Ainda, podem direcionar ativamente os investimentos para a aquisição de bens de capital, contribuindo para o desenvolvimento econômico (Figueiredo, 2009; Figueiredo e Crocco, 2007).

Existem, portanto, duas óticas na questão da preferência pela liquidez nas economias: pelo lado da demanda de crédito e por sua oferta. Do lado da demanda por crédito pelos indivíduos, a escolha depende da sua opção de portfólio bem como das expectativas quanto ao ambiente econômico, ou seja, também pela sua preferência pela liquidez. Assim, quanto maior ela for, reduz-se sua demanda por crédito e aumenta a sua preferência por ativos mais líquidos. Isto porque há uma grande incerteza sobre o futuro, então se posterga a compra de ativos financeiros por parte do público (Figueiredo, 2009).

Sobre a oferta de crédito, diz respeito à disposição de emprestar por parte dos bancos. Destarte, uma maior preferência pela liquidez por parte do sistema bancário influencia na sua disposição a emprestar, ou seja, é preferível por parte dos bancos reterem moeda em face à piora das expectativas e restringirem os empréstimos (Figueiredo, 2009). Com a incerteza em alta, “os bancos podem preferir a liquidez da manutenção de reservas excedentes ou, mais provavelmente, a compra de papéis do governo mais do que correr os riscos da compra de obrigações privadas, potencialmente mais rendosas, mas também mais perigosas” (Carvalho, 1996, p. 66). Também, para o autor pós-keynesiano Hyman P. Minsky, a preferência pela liquidez dos bancos pode afetar negativamente os processos de investimento gestando crises financeiras. Isto porque, após períodos de crescimento, quando se mudam as expectativas do sistema bancário credor, a sua preferência pela liquidez restringe agora o crédito transformando o que era uma crise de liquidez em insolvência generalizada (Figueiredo, 2009).

Desta maneira, a taxa de juros como um fenômeno monetário é derivada da preferência pela liquidez dos agentes, esta se alterando de acordo com as expectativas dos agentes com o futuro de seus investimentos sob um ambiente de incerteza. Como a moeda não é neutra na economia, interfere diretamente nos níveis de demanda agregada, ora ativando o investimento privado, ora preferindo-se ativos mais líquidos (Figueiredo, 2009; Figueiredo e Crocco, 2007). Assim, estes pressupostos serão peça chave no seguimento desta subseção, uma vez que procurar-se-á evidenciar suas interações com a dinâmica regional do desenvolvimento. Isto porque, em níveis locais, pressupõe-se que existam diferentes preferências pela liquidez distribuídas no território, interagindo com as disparidades econômicas regionais.

3.3 Enfim, como a literatura pós-keynesiana relaciona o papel da moeda com o desenvolvimento regional?

Para demonstrar o papel da moeda no desenvolvimento regional, retomam-se as contribuições pós-keynesianas no entendimento das relações de preferência pela liquidez regionais. Sheila Dow se destaca pelo pioneirismo em trazer o referencial pós-keynesiano para as relações de desenvolvimento regional. Portanto, mudanças na preferência pela liquidez em cada região podem desencadear alterações no crédito regional geradas endogenamente e por consequência

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

diferenças de renda em cada município. Baixos depósitos em uma região não significam que haverá menos crédito, mas sim que existe então uma alta preferência pela liquidez, que restringirá a extensão dos empréstimos por parte dos bancos. A disponibilidade de crédito é uma variável importante nesta análise. A forma com que a preferência pela liquidez atua na região leva a uma distribuição desigual do crédito (Dow e Rodríguez-Fuentes, 1997).

A preferência pela liquidez afeta então os ofertantes de crédito (bancos) e os demandantes (público). Para os bancos, a preferência pela liquidez afeta a disponibilidade em emprestar na região, pois quanto maior for a demanda por moeda, maior o risco. Em contrapartida, este comportamento é influenciado diretamente: a) pelas expectativas da região sobre o crescimento da renda regional; b) pela instabilidade da economia regional; c) pelos efeitos que são esperados da política monetária do Banco Central. Do lado da demanda por crédito, baixas expectativas com relação a uma região (alta preferência pela liquidez) levam os agentes a demandarem menos crédito para investir naquele local. No sentido contrário, quando uma região cresce economicamente, a demanda por crédito pode afetar positivamente o otimismo de emprestar pelos bancos, estendendo o crédito além de sua base de depósitos (dependendo do estágio de desenvolvimento bancário) (Dow e Rodríguez-Fuentes, 1997).

A preferência pela liquidez se manifesta adicionalmente sob o prisma das relações Centro-Periferia, Teoria da Dependência de Lênin e pela teoria do Lugar Central de Christaller. O Centro, portanto, apresenta um padrão de especialização e produtividade superiores, uma vantagem pré-existente da sua dominância econômica do seu setor comercial e industrial, além de possuir um sistema financeiro sofisticado (Dow, 1987b). Além disso, pode ocorrer um efeito de dependência da produção da Periferia com relação às finanças do Centro. Assim, as principais decisões de investimento partem do Centro financeiro (uma vez que a concentração financeira está diretamente relacionada à concentração na produção) e a criação de crédito, portanto, passa a se concentrar nas regiões centrais (Chick e Dow, 1988).

Além de apresentar uma eficiência marginal do capital menor, a Periferia concentra sua produção em alimentos e matérias-primas, dando suporte ao crescimento industrial do Centro. A instabilidade de ganhos no mercado de matérias-primas e as diferenças nos termos de trocas contribuem para as incertezas e volatilidades nos investimentos da Periferia. Seja como proprietário de bens de produção e ativos mais líquidos, ou mesmo como provedor de recursos para investimentos na Periferia, o papel do Centro é puramente rentista (Chick e Dow, 1988).

Têm-se então a característica da Periferia como sendo de alta preferência pela liquidez entre os bancos, o público e empreendedores. Isto porque torna-se mais arriscada em termos de perdas de capitais para os bancos (risco de default, não pagamento); baixos retornos das empresas que aí estão instaladas que são afetadas ainda pela baixa disponibilidade de crédito e altas taxas de juros; e as incertezas quanto às rendas auferidas de acordo com uma economia mais volátil (Figueiredo e Crocco, 2007).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Um aumento na preferência pela liquidez em regiões periféricas, representada pela escalada no risco em se investir neste local ou mesmo na reversão das expectativas, pode causar então um incremento nos fluxos de capitais direcionados para a região Central. Mesmo que nos períodos de crescimento econômico exista boa disponibilidade de crédito relativa na Periferia, nas recessões um aumento na preferência pela liquidez faz com que tanto a oferta quanto a demanda por crédito se reduzam. Os fluxos inter-regionais de capitais procuram, portanto, lugares mais seguros ou ativos mais líquidos a se investir nestas condições (Dow e Rodríguez-Fuentes, 1997).

O Centro terá então preferência no direcionamento dos investimentos planejados e por consequência a disponibilidade de crédito estará mais prontamente disponível. Maiores investimentos elevarão as taxas de crescimento da demanda agregada e renda, aumentando as disparidades regionais. Ainda, o Centro possui ativos mais líquidos que a Periferia por dois motivos: a) por possuir um centro financeiro pujante com acesso mais direto aos mercados, maior volume de negócios, maior abrangência de instrumentos financeiros e; b) mesmo que a Periferia negocie seus ativos no Centro, haverá poucas informações sobre os tomadores e o volume de negócios será baixo comparado com o Centro (Dow, 1987b).

São notórias e documentadas na literatura as evidências de que na Periferia os rendimentos são mais sensíveis às conjunturas do Centro, gerando riscos para se investir nas regiões periféricas. Adicionalmente, a instabilidade diz respeito também aos ciclos econômicos, que nas regiões periféricas possuem uma amplitude maior do que se evidencia no Centro. Por consequência, esta volatilidade de retornos, gera uma sobrevalorização quando a economia está crescendo e subvalorização quando a economia está em recessão. Isto contribui para que os fluxos de investimentos sejam atraídos nos períodos de crescimento, mas fujam da região periférica rapidamente a cada sinal de reversão, caracterizando a Periferia como maior produtora de crises financeiras em comparação ao Centro (Dow, 1987b).

O papel dos bancos, portanto na teoria pós-keynesiana da moeda, é evidenciado pela criação de crédito, não obstante de forma desigual entre as regiões. Este padrão desigual alimenta, por conseguinte, as expansões nas economias e intensifica as recessões, gerando um padrão de instabilidade local. A questão central é como o crédito é criado (disponibilizado) regionalmente, e sobre os relacionamentos entre o crédito, os depósitos, o dinheiro ofertado e a renda através dos ciclos econômicos (Dow e Rodríguez-Fuentes, 1997).

Bancos com alcance nacional terão, portanto, estruturas de liquidez superiores a bancos de alcance regionais, fazendo com que o sistema bancário da Periferia opere em desvantagem competitiva. Isto fará com que a concentração bancária seja ainda maior. Os bancos de alcance nacionais com filiais na periferia exibirão dificuldades com a estrutura econômica da Periferia e o controle remoto sobre a aquela indústria, diminuindo sua propensão a emprestar nestes locais. Além do mais, bancos menores tendem a exibir baixas taxas de depósitos do que os de alcance nacionais (Dow, 1987b).

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

O efeito do impacto da moeda nas regiões, por meio dos canais de crédito, pode, portanto, ser interpretada pela dinâmica da CCC de Myrdal, que ocorre, portanto, de forma endógena. Isto porque, a dinâmica do investimento e crescimento da produtividade nas regiões pode reforçar as diferenças regionais, quando ocorrem *backwash effects*, aumentando a concentração regional do desenvolvimento de forma espiral e viciosa como resultados de diferentes preferências pela liquidez. Este processo negativo é mais intenso nas regiões periféricas. Por outro lado, os efeitos positivos, ou *spread effects*, ocorrem quando a impulsão de uma região se propaga para as demais, também por meio de melhores expectativas dos agentes quanto ao investimento inter-regional, com redução das incertezas, crescimento econômico e redução das disparidades. Além disso ocorre transbordamento de tecnologia, equalização da competitividade regional e economias dinâmicas de escala (CHICK; DOW, 1988). Inclusive, os efeitos positivos podem ser observados na Periferia na forma de incremento da demanda do Centro e transferência de tecnologias por meio das filiais ali implantadas (Dow, 1987b).

A função do sistema bancário, no que tange a sua contribuição mais generalizada com a atividade econômica e o crescimento são considerados como: provisão segura de ativos como o dinheiro e; a criação de crédito para o financiamento de investimentos de capital. Ainda, o sistema bancário deve atuar de forma que os depósitos possuam níveis satisfatórios de confiança, a qual é conseguida ao longo do tempo e encorajada pela escolha prudente de seus ativos e regulação (Chick, Dow e Rodríguez-Fuentes, 2013).

Ao longo dos anos 1970, como resposta aos processos de regulação, engajaram com sucesso um processo desregulatório para aumentar os mercados em que se inseriam na competição (incentivando mercados especulativos ao invés de investimentos produtivos). Na década de 1980 a resposta à regulação foram a securitização dos débitos e a procura de lucros em mercados internacionais de derivativos. O sistema bancário moveu-se assim para longe da sua função esperada (Chick, Dow e Rodríguez-Fuentes, 2013).

Como Chick, Dow e Rodríguez-Fuentes (2013) observam no caso do sistema bancário espanhol, a crise que ocorreu foi precedida por uma forte concentração bancária naquele país e consequente redução da característica regional do sistema bancário. Ainda, a ênfase regulatória dada para a eficiência bancária como fundamental para a promoção do crescimento econômico vem anulando a atenção dada para a distribuição do crédito entre as regiões. Quanto mais localizado no Centro, maior a volatilidade da oferta de crédito nas regiões periféricas. Isto faz com que se crie uma disformidade na perspectiva do crescimento econômico e segundo o autor ameaça a coesão social. Precisa-se então de uma análise acerca da eficiência funcional do sistema bancário através de seu funcionamento nas regiões.

4. Considerações Finais

A literatura econômica dominante prestou pouca atenção às questões regionais do desenvolvimento. Contudo, uma nova onda de pesquisas de caráter pós-keynesiano trouxe à tona

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

questões não explicadas pela Teoria Neoclássica. Entre elas está o comportamento da moeda na economia regional, que de forma endógena, é influenciada pelas expectativas dos agentes econômicos, moldando assim ora o investimento produtivo ora o investimento financeiro.

Este trabalho buscou elencar os aspectos centrais da literatura pós-keynesiana que relaciona a moeda às dinâmicas do desenvolvimento regional. Em especial, esta forma de verificar as relações com a moeda leva em consideração aspectos espaciais do comportamento do investimento, sobretudo no que diz respeito à distribuição regional do crédito e da preferência pela liquidez. Estes parâmetros buscam analisar o quanto os bancos possuem estratégias diferenciadas espalhadas de acordo com as expectativas de cada região. No entanto, além de partir da própria racionalidade tanto de emprestadores como de poupadores, um efeito que os pós-keynesianos buscam compreender é o papel nas questões de desenvolvimento desigual entre as regiões e qual a função do Estado para fomentar a redução das diferenças entre os locais.

Neste sentido, a preferência pela liquidez nas regiões periféricas é maior, enquanto nos Centros obtém-se uma disponibilidade maior de crédito em comparação com sua participação na criação de riqueza. De acordo com os conceitos pós-keynesianos, a estratégia de maior risco nos municípios periféricos, faz com que os bancos retraiam, ou mesmo operem de forma mais conservadora com o crédito naquelas regiões. Também se observa que, como a maioria (se não a totalidade) das matrizes dos bancos estão localizadas no Centro, há uma perda de informação quanto à qualidade dos tomadores em suas filiais, visto inclusive que a periferia é caracterizada com menor performance econômica. Isto faz com que se aumente as exigências para os agentes localizados em locais periféricos, dificultando por consequência a obtenção de crédito para o investimento.

Estas dinâmicas impulsionadas pela moeda, pela decisão de investir pelos agentes e por outro lado de disponibilizar crédito por parte do sistema financeiro afetam, portanto, o investimento regionalmente distribuído. Geram-se assim padrões diversos de desenvolvimento pelo território, influenciados pelas flutuações nas expectativas dos agentes e que podem ser fatores determinantes sobre a geração de emprego e da renda de uma localidade. Assim sendo, estudos nesta direção podem contribuir para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento regional, bem como da utilização dos bancos de alcance regionais para incentivar a promoção do investimento.

Referências

AMADO, A. M. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1(69), p. 76-89, 1998.

_____. Bancos privados e públicos regionais em uma perspectiva de desenvolvimento regional. *In:*

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Bancos públicos e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Crocco, Marco; Jr, Frederico G. Jayme; IPEA, 2010. p. 205-230.

BARNES, T. J. Notes from the underground: Why the history of economic geography matters: The case of central place theory. **Economic Geography**, v. 88, n. 1, p. 1-26, 2012.

CARVALHO, F. J. C. Sobre a centralidade da teoria da preferência pela liquidez na macroeconomia pós-keynesiana. **Ensaio FEE**, v. 17, n. 2, 1996.

CAVALCANTE, A. T. M. Financiamento e desenvolvimento local: um estudo sobre arranjos produtivos. **Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional UFMG**, 2006.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, n. 55 71, p. 9-32, 2009.

CHICK, V.; DOW, S. C. **A Post-Keynesian Perspective On the Relation Between Banking and Regional Development.** 1988.

CHICK, V.; DOW, S. C.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. Good banks and bad banks, centralised banks and local banks and economic growth. **Ekonomiaz**, v. 84, n. 3, p. 110-127, 2013.

CROCCO, M. Centralidade e hierarquia do sistema financeiro brasileiro. **Nova Economia**, v. 22, n. 1, p. 31-79, 2012.

DOW, S. C. The Stages of Banking Development and the Spatial Evolution of the Banking System. *In: Money and the Space Economy.* Chichester: Wiley, 1999.

_____. The treatment of money in regional economics. **Journal of Regional Science**, v. 27, n. 1, p. 13-24, 1987a.

_____. Money and Regional Development. **Studies in political economy**, v. 23, n. 23, p. 73-94, 1987b.

DOW, S. C.; GHOSH, D.; RUZIEV, K. A stages approach to banking development in transition economies. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 31, n. 1, p. 3-33, 2008.

DOW, S. C.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. Regional Finance: A Survey. **Regional Studies**, v. 31, n. 31.9, p. 903-920, 1997.

FIGUEIREDO, A. T. L. O Papel da Moeda nas Teorias do Desenvolvimento Desigual: uma Abordagem Pós-Keynesiana. **Análise Econômica**, v. 27, n. 52, p. 185-200, 2009.

FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. A. The Role of Money in The Locational Theory: a Post-

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Keynesian Approach. **Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, p. 33-54, 2007.

FREITAS, A. DE; PAULA, L. DE. Concentração Regional do Crédito e Consolidação Bancária no Brasil: Uma Análise Pós-Real. **Revista Economia**, v. 11, n. 1, p. 97-123, 2010.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. SP: Alínea, 2001.

HAGE, J. A. A. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, v. 22, n. 1, p. 106-136, 2013.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da moeda**. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural, 1996. p. 328

LIMA, A. C. DA C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

MARTIN, R. A study on the Factors of Regional Competitiveness. **Draft Final report for the European Commission Directorate-General Regional Policy**, 2003.

MOLLO, M. DE L. R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 95, p. 323-343, 2004.

MUSSET, A. De Lênin a Lacoste: os arquétipos espaciais do subdesenvolvimento. In: EDUFBA (Ed.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 30.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Textos de ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. p. 208

NOGUEIRA, M.; FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. **Gestão de ativo bancário diferenciada no território: um estudo para os estados brasileiros**. Minas Gerais: Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, fev. 2009. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/cdp/textdis/td344.html>>.

OREIRO, J. L. Preferência pela Liquidez a Escolha de Portfólio. **Análise Econômica**, v. 17, n. 32, p. 87-105, 1999.

PAULA, T. H. P. DE. **Instabilidade financeira no espaço: uma abordagem monetária da dinâmica econômica regional**. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

PAULA, T. H. P. DE *et al.* **Um modelo de diferenciação das taxas de crescimento regionais a partir de variáveis financeiras**. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia.

01 a 04 de outubro de 2018

Evento: XXIII Jornada de Pesquisa

Anais... ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia, 2006

PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

QUEIROZ, B. L.; BRAGA, T. M. Hierarquia urbana em um contexto de desconcentração econômica e fragmentação do território: questionamentos a partir do caso da rede de cidades mineira. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 8, 2013.

RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. La banca y el crecimiento económico regional. Una panorámica de la literatura. **Ekonomiaz**, v. 84 - Banca, n. 03, p. 38-65, 2013.

ROMERO, J. P.; JAYME JR, F. G. Sistema Financeiro, Inovação e Desenvolvimento Regional: um estudo sobre a relação entre Preferência pela Liquidez e Inovação no Brasil. **Anais do XIV Encontro Regional de Economia do Nordeste, Fortaleza**, p. 1-20, 2009.

SILVA, G. J. C. DA; JR, F. G. J. ESTRATÉGIA DE LOCALIZAÇÃO BANCÁRIA : Teoria e Evidência Empírica Aplicada ao Estado de Minas. **Economia e Sociedade**, v. 3, n. 49, p. 729-764, 2013.

SILVA, F. F. **Centralidade e impactos regionais de política monetária: um estudo dos casos brasileiro e espanhol**. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SNOWDON, B.; VANE, H. R. **Modern Macroeconomics: Its Origin, Development and Current State**. Cheltenham UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2005. p. 807

TEREZA, A.; FIGUEIREDO, L. A Moeda como um fator interferente na escolha locacional das Empresas. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 16, n. 3, p. 487-508, 2012.